

# LICEU *on-line*

## **DIÁLOGOS ORIENTADOS POR EVIDÊNCIAS: UMA ESTRATÉGIA PARA A COMPREENSÃO DE ECOSSISTEMAS EMPREENDEDORES**

## **EVIDENCE-DRIVEN DIALOGUES: A STRATEGY FOR UNDERSTANDING ENTREPRENEURIAL ECOSYSTEM**

**Rafael Stefenon**

Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó – SC

[stefenon.rafael@gmail.com](mailto:stefenon.rafael@gmail.com)

Brasil

**Fernando Antonio Prado Gimenez**

Universidade Federal do Paraná – PR

[fapgimenez@gmail.com](mailto:fapgimenez@gmail.com)

Brasil

Recebido: 07/07/2024 – Aprovado: 20/11/2024. Publicado Janeiro/2025.

Processo de Avaliação: Double Blind Review.

## RESUMO

Um ecossistema empreendedor (EE) envolve um conjunto de atores e fatores que contribuem para a produção local de empreendedorismo dinâmico. Apesar da rápida disseminação da abordagem de EE nos campos da pesquisa acadêmica e da prática política, poucos são os esforços de pesquisa que fornecem uma metodologia de avaliação de ecossistemas empreendedores (EEs) orientada para a ação política em contextos geográficos específicos. Este artigo apresenta uma estratégia para a compreensão dos EEs fundamentada na ideia de diálogos orientados por evidências (DOEs) de modo a subsidiar os formuladores de políticas públicas (PPs). Os DOEs envolvem a realização de diálogos entre e com os atores de um EE, sendo que tais diálogos devem focar a realidade de um EE em particular e ser orientados pelo máximo possível de dados objetivos (evidências). Para ilustrar a utilização dos DOEs na formulação de políticas públicas descreve-se os procedimentos adotados na aplicação dos DOEs em um município paranaense, como parte de uma pesquisa mais ampla sobre EEs municipais.

**Palavras-chave:** Ecossistema empreendedor; Políticas públicas; Grupo Focal.

## ABSTRACT

An entrepreneurial ecosystem (EE) involves a set of actors and factors that contribute to the local production of dynamic entrepreneurship. Despite the rapid dissemination of the EE approach in the fields of academic research and policy practice, few research efforts provide a methodology for assessing entrepreneurial ecosystems (EEs) oriented towards policy action in specific geographic contexts. This paper presents a strategy for understanding EEs based on the idea of evidence-driven dialogues (EDDs) in order to support public policy (PPs)makers. EDDs involve conducting dialogues between and with the actors of an EE, and such dialogues should focus on the reality of a particular EE and be guided by as much objective data (evidence) as possible. To illustrate the use of EDDs in public policy formulation, we describe the procedures adopted in the application of EDDs in a municipality in the state of Paraná, as part of a broader research on municipal EDDs.

**Keywords:** Entrepreneurial ecosystem; Public policies; Focus Group.

## 1. INTRODUÇÃO

A abordagem de ecossistema empreendedor (EE) se popularizou, a partir do início da década de 2010 (Isenberg, 2010; 2011; Feld, 2012), como uma estrutura capaz de fornecer uma compreensão das atividades empreendedoras dentro de uma perspectiva holística, em que o empreendedor está no centro do sistema, mas suas ações são reguladas pelo contexto (Acs; Autio; Szerb, 2014). Malecki (2018, p. 5) afirma que a maior parte das definições de EE “destaca a combinação ou interação de elementos, geralmente através de redes, produzindo

valores culturais compartilhados que apoiam a atividade empreendedora”. Stam e Spigel (2016, p. 7) sugerem que “o denominador comum” – entre os diferentes conceitos de EE – “parece ser o fato de que os empreendedores criam um novo valor, organizado por uma ampla variedade de modos de governança, habilitados e confinados dentro de um contexto institucional específico”. Alvedalen e Boschma (2017, p. 893) observam que “a maioria das definições concorda que um ecossistema empreendedor tem um limite geograficamente definido que inclui diferentes atores e fatores interconectados, como capital humano, redes e instituições”.

Os *insights* da abordagem de EE repercutiram na arena política ao gerarem importantes implicações para a política de empreendedorismo, sendo uma dessas implicações a de enfatizar a qualidade do empreendedorismo (Stam; Spigel, 2016). Enquanto as abordagens políticas tradicionais incentivam, em geral, a criação indiscriminada de novos negócios (Shane, 2009), a abordagem política de EE recomenda que os formuladores de políticas mirem a formação e o crescimento de empresas, o que requer uma abordagem política voltada para “o cultivo de um ecossistema que apoie as necessidades de empreendedores ambiciosos” (Mason; Brown, 2014, p. 27). O cultivo de um EE, segundo Isenberg (2011, np), “requer tempo, esforço e recursos, bem como experimentação e aprendizado até que as configurações únicas certas evoluam”. Isto implica, entre outras coisas, que a mera transferência de políticas de forma acrítica e sem as apropriadas adequações às condições locais pode não representar a melhor abordagem política para o desenvolvimento de um EE (Evans, 2017; Lundström; Stevenson, 2005).

Parece evidente, portanto, que a eficácia das ações políticas para o desenvolvimento de um EE exige uma ampla compreensão das condições contextuais do EE em específico (Stam, 2018). Tal compreensão requer a realização de avaliações ex-ante – isto é, avaliações antes da implementação da política – capazes de gerarem os *inputs* para a devida formulação de políticas, informando, entre outras questões, quais são os problemas prioritários que precisam ser resolvidos e quais são as possíveis ações que podem ser tomadas para resolver esses problemas (Boter; Hjalmarsson; Lundström, 1999). No entanto, poucos são os esforços de pesquisa que fornecem subsídios para o diagnóstico de ecossistemas empreendedores (EEs) orientados para a ação política em contextos geográficos específicos – Autio et al. (2014) e Stam (2018) representam alguns exemplos nesta direção.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma estratégia para a compreensão de EEs fundamentada na ideia de diálogos orientados por evidências (DOEs) de modo a subsidiar os formuladores de políticas públicas (PPs). Com suporte no método de grupos focais (GFs)

(Kitzinger; Barbour, 1999; Morgan, 1996; Stewart; Shamdasani, 2015), os DOEs envolvem a realização de diálogos entre e com os atores de um EE, sendo que tais diálogos devem focar a realidade de um EE em particular e ser orientados pelo máximo possível de dados objetivos (evidências). A lógica por trás desta estratégia de diagnóstico de EEs é a de que a apreensão das complexidades e idiosincrasias que envolvem um EE não é possível sem o conhecimento local das partes interessadas do ecossistema (Autio et al., 2016; Autio; Levie, 2017; StaM, 2018).

Este trabalho está estruturado em 5 seções, incluindo esta introdução. A seção 2 discute a abordagem política de EE. A seção 3 destaca o papel do diagnóstico na formulação de PPs de apoio ao desenvolvimento de EEs. A seção 4 apresenta os DOEs enquanto estratégia de compreensão dos EEs, detalhando cada uma de suas etapas. Por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais.

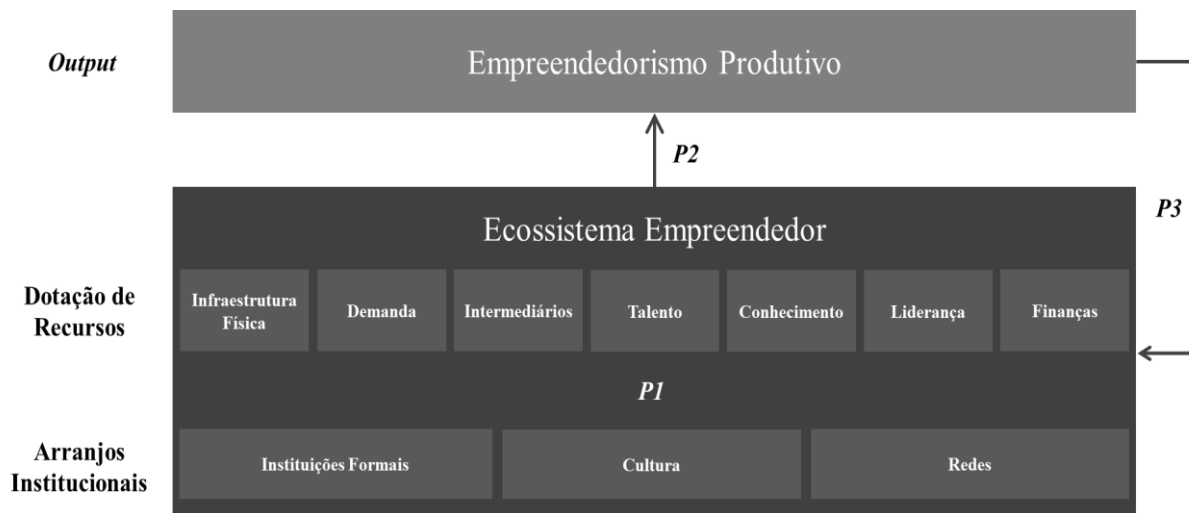
## **2. ECOSISTEMA EMPREENDEDOR E ABORDAGEM POLÍTICA**

Stam (2015, p. 1765) definiu um EE como “um conjunto de atores e fatores interdependentes coordenados de forma a permitir o empreendedorismo produtivo”. Em seu modelo, aprimorado por Stam e Van de Ven (2021), um EE é formado por dez elementos organizados em duas dimensões: os arranjos institucionais e a dotação de recursos. A primeira proposição da Figura 1 (P1) assume que os elementos de um EE são mutuamente interdependentes e coevoluem. A proposição 2 identifica o complexo de elementos do EE como o determinante do empreendedorismo produtivo, em outras palavras, a estrutura afeta a agência. A proposição 3 reconhece que a agência influencia a estrutura, isto é, o empreendedorismo produtivo repercute no EE através de efeitos de feedback.

## DIALOGOS ORIENTADOS POR EVIDÊNCIAS: UMA ESTRATÉGIA PARA A COMPREENSÃO DE ECOSISTEMAS EMPREENDEDORES

Rafael Stefenon, Fernando Antonio Prado Gimenez

Figura 1 - Elementos e output do ecossistema empreendedor



Fonte: Stam e Van de Ven (2021).

Desde a contribuição de Stam (2015), a literatura de EE avançou significativamente – Cavallo, Ghezzi e Balocco (2019), Spigel, Kitagawa e Mason (2020), Velt, Torkkeli e Laine (2020) e Theodoraki, Dana e Caputo (2021) mostram essa tendência por meio de dados bibliométricos. Mais recentemente, Wurth, Stam e Spigel (2023, p. 299) sinalizaram que “há uma quantidade substancial e crescente de pesquisa confiável sobre ecossistema empreendedor”, gerando robustas evidências empíricas sobre a natureza e desenvolvimento de ecossistemas empreendedores, em especial sobre causalidade ascendente resultando em empreendedorismo produtivo, vínculos entre os elementos dos EEs, dependências de trajetórias e vínculos interecossistemas.

Vários estudos têm manifestado a ideia de que a abordagem de EE é semelhante a outras abordagens mais antigas, como as de clusters, distritos industriais, regiões de aprendizagem e, sobretudo, sistemas (nacionais e regionais) de inovação (Mason; Brown, 2014; Spigel; Harrison, 2018; Stam; Spigel, 2016). No entanto, a abordagem de EE parece oferecer uma interpretação distinta ao enfatizar o papel do empreendedorismo produtivo para o desenvolvimento de regiões (Isenberg, 2011; Stam, 2015). Além disso, conforme evidenciado por Stam (2015, p. 1764), a abordagem de EE implica uma “nova visão econômica sobre pessoas, redes e instituições”.

Desde as contribuições pioneiras (Isenberg, 2010; 2011; Feld, 2012), a perspectiva distinta da abordagem de EE tem influenciado os *policy makers* no processo de formulação de políticas de empreendedorismo. Isenberg (2010) indicou alguns princípios-chave que os líderes governamentais deveriam se concentrar na criação de um EE, incluindo, por exemplo, a adequação do ecossistema em torno das condições locais e o envolvimento do setor privado

desde o início. Feld (2012) sugeriu, entre outras coisas, que eram os empreendedores que deveriam liderar o EE e que uma filosofia de inclusão deveria ser promovida de modo a envolver todos os atores do EE.

No âmbito da OCDE, Mason e Brown (2014) delinearam alguns princípios gerais para orientar os formuladores de PPs, entre os quais: (i) os EEs são baseados em ativos preexistentes, não sendo possível criar um ecossistema do nada; (ii) as abordagens políticas precisam evoluir com o tempo, tendo em vista o caráter dinâmico e complexo desses organismos; (iii) cada EE é único, e, assim, cada EE precisa de uma abordagem política diferente que seja adequada às circunstâncias locais; (iv) a implementação da política tem que ser holística; e (v) o desenvolvimento de um EE exige a mistura de abordagens políticas “de cima para baixo” e “de baixo para cima”.

Numa perspectiva mais prática, Stam (2018) recomenda que a formulação de políticas de apoio para o desenvolvimento de EEs seja informada pelo conhecimento científico sobre essas estruturas, mas também pelo conhecimento local sobre as particularidades do contexto em questão. Tal abordagem política preconiza um processo político que começa com um diagnóstico do EE construído, predominantemente, a partir de dados objetivos, e que segue com um diálogo com as partes interessadas locais sobre os pontos fortes e fracos do EE. Essas duas fases iniciais geram os insumos necessários para a seleção de uma meta política e do instrumento político que deverá ser implementado. A fase final do processo político – e, possivelmente, o início de um novo ciclo – é a avaliação do impacto da política implementada. A próxima seção discute o papel do diagnóstico na formulação de PPs de apoio ao desenvolvimento de EEs.

### **3. DIAGNÓSTICO E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS**

A formulação de PPs constitui uma das etapas do ciclo político (Deubel, 2007; Dye, 2013; Knoepfel et al., 2007) e envolve, acima de tudo, a identificação de um conjunto de alternativas políticas para resolver um problema público (Sidney, 2007). A definição de um problema público como tal requer a realização de um amplo diagnóstico, o que inclui, entre outras coisas, a identificação do problema e de suas causas potenciais (IPEA, 2018; Knoepfel et al., 2007). Todavia, a realização de diagnósticos a fim de subsidiar o processo político requer, em primeiro lugar, a identificação do espaço geográfico a ser examinado.

A literatura de EE não é unânime quanto à escala espacial mais apropriada para a avaliação dessas estruturas e, conseqüentemente, para a intervenção política – Kshetri (2014), Corrente et al. (2019) e Chen et al. (2020) analisaram os EEs em nível de países; Bruns et al. (2017), Content et al. (2020), Leendertse, Schrijvers e Stam (2021) e Schrijvers, Stam e Bosma (2021) examinaram os EEs em nível de regiões subnacionais; Mack e Mayer (2016), Audretsch e Belitski (2017), Roundy (2019) e Stefenon (2023) analisaram em nível de cidades. No entanto, o entendimento de que o empreendedorismo é um fenômeno de um lugar ou de uma região particular (Sternberg, 2009) aponta para a necessidade de uma demarcação mais restrita dos limites dos EEs. Para Malecki (2018, p. 7), “o ecossistema empreendedor é um conceito fundamentalmente espacial – e centralmente local”. Iacobucci e Perugini (2020, p. 52) afirmam, neste sentido, que “os elementos que compõem um EE – como instituições e normas, infraestrutura, amenidades da cidade, acesso a financiamento, etc. – são mais bem caracterizados em nível local”.

A demarcação geográfica dos EEs em nível local ou regional permite a concepção e adoção de estratégias específicas para o diagnóstico dessas estruturas. Em linha com as abordagens de Acs, Autio e Szerb (2014), Autio et al. (2016), Autio e Levie (2017) e Stam (2018), entende-se que a avaliação eficaz de um EE para fins de formulação de PPs requer o uso combinado de dados objetivos com insights dos atores locais. De acordo com Stam (2018, p. 6), os dados objetivos “fornece(m) uma ‘fotografia’ da situação e ponto de partida para (...) um debate com as partes interessadas sobre os pontos fortes e fracos do ecossistema”. Isto significa que os dados objetivos não representam um fim em si próprio, mas um meio – uma plataforma ou uma heurística – de estímulo ao diálogo com as partes interessadas do EE (Acs; Autio; Szerb, 2014; Autio et al., 2016; Autio; Levie, 2017; Stam, 2018).

A contribuição dos atores locais – como indivíduos ou como parte de grupos organizados – para a formulação de PPs é cada vez mais valorizada por governos de orientação democrática do mundo todo (OCDE, 2001). A abordagem de EE reconheceu, desde o seu início, o papel crítico do envolvimento ativo das partes interessadas. Autio e Levie (2017) reconhecem que o nível de envolvimento dos atores locais do EE no processo político pode variar de uma comunicação superficial – de cima para baixo ou simples consultas de baixo para cima – até formas mais profundas de participação. Além disso, Autio e Levie (2017, p. 429) reconhecem que “o envolvimento profundo das partes interessadas pode explorar o conhecimento dentro do ecossistema e revelar interações ocultas e cadeias de

causa e efeito”, facilitando “o fluxo ascendente de informações das partes interessadas do ecossistema para os formuladores de políticas” (*ibid.*).

Neste sentido, Stam (2018, p. 5) argumenta que os debates com e entre as partes interessadas do EE podem ser produtivos se forem de granulação fina, isto é, “as partes interessadas podem ir além das áreas de acordo, focar nas áreas de desacordo e analisar por que eles têm crenças diferentes sobre o ecossistema e seus elementos”. O autor prossegue afirmando que “as partes interessadas chegam a um consenso sobre onde estão os gargalos no sistema ou tornam explícito onde e por que discordam” (*ibid.*), destacando que, “em caso de desacordo, o debate destacará suposições críticas que as partes interessadas devem estar particularmente atentas à medida que o ecossistema empreendedor evolui” (*ibid.*). Para concluir, Stam reconhece que “esse debate é um insumo para a decisão da meta da política e do instrumento da política, e essas partes interessadas provavelmente serão novamente relevantes na fase de implementação da política” (*ibid.*). Nessa mesma direção, Wurth, Stam e Spigel (2023, p. 303) enfatizam que:

(...) com melhores dados e conhecimentos sobre a natureza e o desenvolvimento dos ecossistemas empreendedores, os formuladores de políticas e outras partes interessadas do ecossistema empreendedor, nomeadamente os líderes (temporários) dos ecossistemas empreendedores, poderiam iniciar diagnósticos ex-ante do ecossistema empreendedor, para procurar os elementos do ecossistema que merecem maior atenção política. Isso poderia melhorar a base de informações e conhecimentos para o diálogo com as partes interessadas sobre quais políticas priorizar.

O presente trabalho apresenta uma estratégia para a compreensão dos EEs de modo a subsidiar os formuladores de PPs. Tal estratégia é fundamentada na ideia de DOEs, que são tratados na próxima seção.

#### **4. DIÁLOGOS ORIENTADOS POR EVIDÊNCIAS (DOEs)**

Os DOEs são diálogos entre e com os atores locais sobre a realidade de um EE em particular, orientados pelas evidências (dados objetivos) levantadas e preliminarmente analisadas ex-ante. Tal estratégia de avaliação de EEs foi inspirada nas abordagens políticas de EE de Acs, Autio e Szerb (2014), Autio et al. (2016) e Autio e Levie (2017) e Stam (2018). Em todos estes trabalhos assume-se que o conhecimento objetivo dos dados e/ou indicadores deve ser complementado pelo conhecimento local dos atores do EE.

A operacionalização dos DOEs é fundamentada no método de pesquisa de grupos focais (GFs). Segundo Kitzinger e Barbour (1999, p. 4), “os grupos focais são discussões em



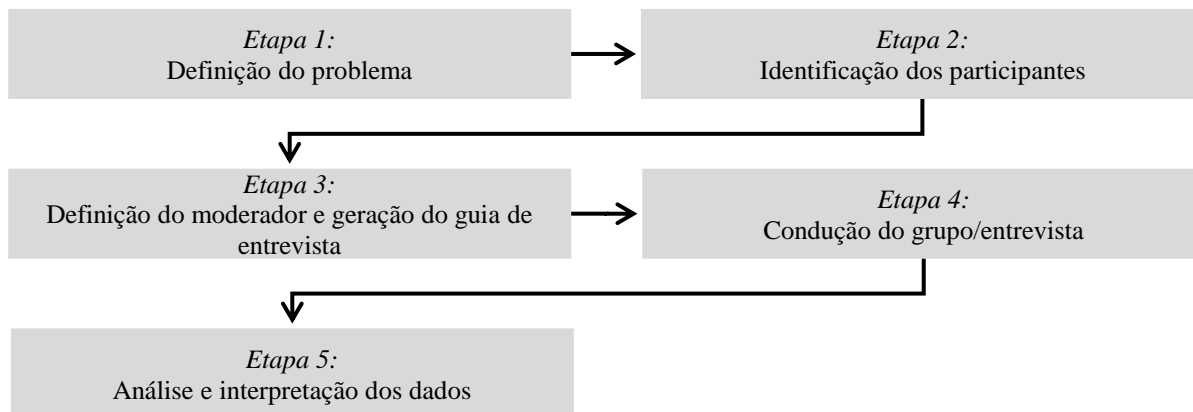
grupo que exploram um conjunto específico de questões”. Estes autores argumentam que “em vez de fazer perguntas a cada pessoa, os pesquisadores de grupos focais encorajam os participantes a conversarem uns com os outros: fazendo perguntas (...) e comentando as experiências e pontos de vista uns dos outros” (*ibid.*). Krueger e Casey (2015, p. 32) definem os GFs a partir de cinco características essenciais: “(1) um pequeno grupo de pessoas, que (2) possui certas características, (3) fornece dados qualitativos (4) em uma discussão focada (5) para ajudar a entender o tópico de interesse”.

A literatura de análise de PPs reconhece os GFs como uma técnica relevante de coleta de dados qualitativos (Alkin, 2011; Fitzpatrick; Sanders; Worthen, 2011; Yanow, 2007). Relativamente a isto, Dürrenberger, Kastenholz e Behringer (1999, p. 343). argumentam que “a força da pesquisa de grupos focais é aumentar os *insights* qualitativos sobre tópicos (...) específicos, especialmente (...) para os quais a formulação de políticas está em estágio inicial e pode se beneficiar da participação dos cidadãos”. Ainda nesta linha, Kahan (2001) afirma que os GFs possibilitam ao analista de PPs obter e entender os diferentes valores das diversas partes interessadas, além de esclarecer como esses valores podem afetar a formulação e implementação de alternativas políticas. Do mesmo modo, Gaber e Gaber (2017, p. 74) reconhecem que “a principal força da pesquisa de grupo focal reside na capacidade do planejador de falar diretamente com os ‘dados’ – os membros da comunidade”.

Usualmente, as iniciativas de pesquisa que utilizam os GFs as combinam com outros métodos, sendo que em alguns casos os GFs são o método principal e em outros o método secundário (Morgan, 1996). É frequente, por exemplo, que os GFs sejam usados após outros métodos de pesquisa para subsidiar a interpretação de resultados quantitativos e/ou acrescentar profundidade às respostas obtidas em levantamentos mais estruturados (Krueger; Casey, 2015; Stewart; Shamdasani, 2015). Nos DOEs, os GFs são usados para ajudar na interpretação dos dados objetivos levantados e preliminarmente analisados ex-ante.

Os procedimentos metodológicos dos DOEs seguem, fundamentalmente, os procedimentos que envolvem o planejamento e uso de GFs. Como é possível observar na Figura 2, a pesquisa que emprega GFs compartilha muitas das mesmas características e procedimentos de outros tipos de pesquisa em ciências sociais. Uma vez definido o problema de pesquisa, o planejamento dos GFs evolui para a identificação da amostra, isto é, a identificação dos participantes do GF. O planejamento inclui, também, a definição do moderador e a geração do guia de entrevista. As etapas finais dos GFs abrangem a condução do GF, propriamente dita, e a análise e interpretação dos dados (Stewart; Shamdasani, 2015).

Figura 2 - E tapas no planejamento e uso de grupos focais



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Stewart e Shamdasani (2015).

As próximas subseções detalham cada uma das etapas dos GFs, enfatizando como estas etapas foram operacionalizadas em um estudo empírico realizado em um município paranaense que foi objeto de pesquisa mais ampla, na qual foi realizado o diagnóstico prévio do EE local. Tal estudo foi realizado em um município de pequeno porte (menos de 50.000 habitantes) localizado na mesorregião Sudoeste do Paraná.

#### 4.1. Definição do Problema

A pesquisa de grupo focal (GF), como toda pesquisa, começa com a definição de um problema. De acordo com Stewart e Shamdasani (2015, p. 49), “a definição do problema requer uma declaração clara de quais tipos de informações são desejáveis e de quem essas informações devem ser obtidas”. Adicionalmente, Krueger e Casey (2015) afirmam que o planejamento de um GF deve evidenciar o propósito do estudo, uma vez que as pessoas envolvidas – pesquisadores e formuladores de políticas – precisam concordar com o problema e os tipos de informações necessárias para resolvê-lo. Isto posto, entende-se que as reuniões de planejamento dos GFs podem ser guiadas, inicialmente, pelas seguintes perguntas relacionadas: (i) qual é o problema que o estudo deve abordar? (ii) qual é o propósito do estudo?

Para Stewart e Shamdasani (2015, p. 59), “a formulação do problema deve começar com uma avaliação do que já se sabe sobre o fenômeno de interesse e quais informações adicionais são necessárias”. Nesta perspectiva, os dados objetivos levantados e preliminarmente analisados ex-ante representam uma base valiosa de conhecimento, uma vez que possibilitam a construção de uma fotografia inicial do EE alvo de análise.

Como posto, nesta aplicação empírica, os DOEs foram utilizados para a elaboração de um diagnóstico do EE de um município de pequeno porte. A partir da análise preliminar do índice de ecossistema empreendedor, um índice composto elaborado a partir do modelo de EE de Erik Stam (Stam, 2015; Stam; Van De Ven, 2021), definiu-se que o seguinte problema deveria ser abordado nos DOEs: como elevar o nível de desenvolvimento do EE?<sup>1</sup> De forma complementar, estabeleceu-se o seguinte propósito: compreender a fundo os gargalos que restringem o desenvolvimento do EE de modo a direcionar os esforços da ação política. Evidentemente, o olhar sobre a elevação do nível de desenvolvimento de um EE implica reconhecer a existência de gargalos e restrições que podem ser explorados pelos formuladores de PPs locais (Autio et al., 2016; Autio; Levie, 2017; Stam, 2018; Szerb et al., 2013).

#### 4.2. Identificação dos Participantes

Os indivíduos identificados e recrutados a participar de um GF devem ser capazes de fornecer as informações desejadas e devem ser representativos da população de interesse (Stewart; Shamdasani, 2015). A segunda etapa do planejamento de um GF envolve, grosso modo, identificar que tipos de indivíduos têm mais insights sobre o assunto de interesse (Krueger; Casey, 2015). Evidentemente, o planejamento de GFs deve assegurar que a participação seja consistente com os objetivos e o propósito da pesquisa (Stewart; Shamdasani, 2015; Krueger; Casey, 2015)

Nos GFs, a meta é reunir um público homogêneo, isto é, os participantes devem ter certas características em comum. Para Krueger e Casey (2015, p. 192), “não há regras precisas que determinem a homogeneidade, mas sim um julgamento baseado no seu conhecimento disponível sobre o tipo de participantes e a situação”. A amostragem por conveniência é, de acordo com Stewart e Shamdasani (2015), o método de amostragem mais comum utilizado entre os pesquisadores de GFs. Neste método, “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (Gil, 1988, p. 83).

A população de interesse, no caso dos EEs, são os atores locais do ecossistema, isto é, as partes interessadas que de alguma forma representam os elementos do EE. Assim, no município alvo da pesquisa, participaram do GF representantes do governo local, associação empresarial, incubadoras de negócios, cooperativas de crédito, universidades, consultores e

---

<sup>1</sup> O índice de ecossistema empreendedor mediu a qualidade e o nível de desenvolvimento dos ecossistemas empreendedores de 35 municípios considerados como principais centros regionais do estado do Paraná, segundo a Pesquisa Regiões de Influência do IBGE. O município alvo de análise obteve a 7ª colocação no referido índice.

empreendedores novos e experientes. É fundamental que os participantes dos GFs possuam a experiência e a massa crítica necessárias para colaborar, de forma efetiva, na produção do diagnóstico do EE alvo de análise, o que requer, entre outras coisas, conhecer e vivenciar as histórias que moldaram a trajetória do EE.

#### 4.3. Moderador e Guia de Entrevista

Stewart e Shamdasani (2015) afirmam que um moderador eficaz é uma das chaves para a coleta de percepções ricas e válidas nos GFs. Para estes autores, um moderador de GFs eficaz precisa, por um lado, considerar o conhecimento sobre práticas de entrevista, estudos de liderança e dinâmica de grupo, e, por outro lado, compreender adequadamente o problema e o propósito que envolvem o projeto e/ou pesquisa em foco.

No que diz respeito ao guia de entrevista de GFs, Stewart e Shamdasani (2015) assinalam que, da mesma forma que a definição do problema e do propósito da pesquisa, o guia de entrevista deve ser elaborado a partir de análise preliminar de dados objetivos levantados ex-ante e em colaboração com as demais partes interessadas, incluindo os formuladores de PPs interessados nas informações da pesquisa em foco.

Dessa forma, a preparação do guia de entrevista considerou uma sequência prévia de reflexões. Entendeu-se, em primeiro lugar, que era necessário alinhar as perspectivas entre os participantes do GF no que tange o problema e o propósito da entrevista. Em segundo lugar, buscou-se identificar, com o apoio dos dados objetivos levantados ex-ante os principais gargalos do EE alvo de análise. Por fim, buscou-se compreender a fundo estes gargalos.

#### 4.4. Condução do GF

O GF consistiu em uma única sessão com cerca de 3 horas de duração. O GF foi realizado em uma sala de reuniões cuja disposição do ambiente permitiu que os participantes tivessem o máximo de contato visual tanto com o moderador quanto com os outros participantes do GF.

O guia de entrevista foi instrumentalizado por meio de uma apresentação no formato de *slides*, o que possibilitou expor aos participantes os dados objetivos que fundamentaram cada uma das questões do guia. À medida que as perguntas eram feitas, percebia-se, em algumas situações, a necessidade de complementação utilizando-se de sondagens ou perguntas de acompanhamento (Stewart; Shamdasani, 2015). Estas intervenções efetuadas pelo moderador possibilitaram manter a discussão no foco, mas, principalmente, permitiram

explorar hipóteses sobre o funcionamento dos gargalos, facilitando a fluidez das discussões e o aprofundamento das respostas.

A entrevista foi gravada em áudio e vídeo com o fim de facilitar a análise e interpretação dos dados. Foi informado aos participantes no início da sessão que a gravação ocorreria, obtendo a concordância de todos os participantes. Ao mesmo tempo, garantiu-se aos participantes, por meio de Termo de Compromisso, que a gravação permaneceria confidencial e sua circulação seria limitada ao uso da presente pesquisa, em particular, na análise dos dados.

#### **4.5. Análise e Interpretação dos Dados**

Não existe uma única abordagem para a análise de dados de GFs (Krueger; Casey, 2015; Stewart; Shamdasani, 2015). Com o fim de atender o propósito de pesquisa, entendeu-se que a análise e interpretação dos dados do GF poderia ser desenvolvida a partir de uma “narrativa descritiva simples” (Stewart; Shamdasani, 2015, p. 116) dos *insights* dos atores locais do EE alvo de análise. Tal “narrativa descritiva simples” requer, em primeiro lugar, a transcrição dos dados coletados na entrevista, sendo que, depois de finalizada a transcrição, os dados devem ser sistematizados de acordo com a estrutura lógica do guia de entrevista, uma vez que o desenrolar das discussões podem não seguir o guia de forma perfeitamente linear.

Como principal resultado do GF, foi elaborado um quadro-síntese da análise dos dados, identificando, para cada gargalo prioritário do EE, suas principais causas – de um modo geral, é sobre estas causas que a ação política deve se debruçar, indicando possíveis alternativas de PPs. Os gargalos priorizados nas discussões do GF foram os elementos cultura, conhecimento, liderança, infraestrutura física e talento do EE alvo de análise. Nos diálogos sobre o elemento cultura, por exemplo, identificou-se a não disseminação das histórias dos empreendedores locais de sucesso e a falta de uma cultura de cooperação no ambiente empresarial local. No que diz respeito ao elemento conhecimento, foram identificadas, entre outras causas, a oferta limitada de cursos de pós-graduação na área de ciência e tecnologia e a ausência de um parque tecnológico. A baixa participação dos empreendedores locais na governança do EE e a falta de uma visão holística e de longo prazo desses atores foram mencionadas como causas do gargalo liderança. Sobre o gargalo infraestrutura física, foram identificadas como causas a distância do anel viário e a baixa capacidade de investimento do governo local. Para concluir, o GF identificou a carência de competências (cognitivas, emocionais, psicológicas etc.) relativas ao mundo do trabalho como uma das causas do gargalo talento.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico de EEs fundamentada na ideia de DOEs oportuniza uma compreensão efetiva destas estruturas, lançando luz para a formulação de PPs adequadas ao contexto local. Entende-se que esta forma de olhar para os EEs é coerente com as boas práticas da formulação política, uma vez que o conhecimento científico-objetivo é complementado e potencializado pelo conhecimento local das partes interessadas.

No entanto, é importante sublinhar que o diagnóstico de um EE é apenas o primeiro passo do processo político. O passo imediatamente posterior consiste na formulação de PPs para resolver os gargalos identificados e investigados no âmbito do diagnóstico. A lógica básica, nesta altura, é planejar ações políticas que ataquem cada uma das causas dos gargalos identificadas pelos atores locais, sendo que o uso de entrevista de GF também pode ser útil nesta etapa do processo político.

Na verdade, Kruger e Casey (2015) sugerem que os GFs podem orientar outras etapas do processo político, recomendando, fundamentado na pesquisa de GF, um processo de desenvolvimento de políticas de três estágios. No primeiro estágio, os GFs podem ser usados para obter compreensão, isto é, o objetivo do pesquisador “é aprender como um público-alvo (...) vê, entende e valoriza um determinado tópico” (*ibid.*, p. 37) – é basicamente isto que os DOEs podem promover. As descobertas deste estágio do processo podem ser usadas pelos formuladores de políticas para criar alternativas de PPs.

No segundo estágio do processo de desenvolvimento de PPs recomendado por Kruger e Casey (2015), os GFs podem ser considerados para testar as alternativas de PPs criadas pelos formuladores a partir das informações dos primeiros GFs – então, os formuladores de políticas podem usar as descobertas dos GFs do teste piloto para criar o plano final da PP a ser implementada. Por fim, os GFs podem ser usados depois que a PP está em funcionamento, ou seja, na avaliação das PPs.

Para finalizar, é importante sublinhar que a aplicação prática da estratégia de diagnóstico apresentada neste trabalho pode demandar adequações de acordo com o contexto em que é utilizada. No entanto, recomenda-se que o essencial seja conservado, ou seja, que a avaliação de um EE considere o máximo possível de dados objetivos organizados conforme um modelo teórico subjacente e, acima de tudo, que o diagnóstico do EE valorize e incorpore o conhecimento local das partes interessadas do EE.

## REFERÊNCIAS

- Acs, Z. J.; Autio, E.; Szerb, L. (2014). National systems of entrepreneurship: Measurement issues and policy implications. *Research Policy*.
- Alkin, M. C. (2011). *Evaluation essentials: from A to Z*. New York: The Guilford Press.
- Alvedalen, J.; Boschma, R. (2017). A critical review of entrepreneurial ecosystems research: towards a future research agenda. *European Planning Studies*, v. 25, n. 6, p. 887–903.
- Audretsch, D. B.; Belitski, M. (2017). Entrepreneurial ecosystems in cities : establishing the framework conditions. *The Journal of Technology Transfer*, v. 42, n. 5, p. 1030–1051.
- Autio, E. et al. (2016). *Towards a More Entrepreneurial Estonia: Call for Action*.
- Autio, E.; Levie, J. (2017). Management of Entrepreneurial Ecosystems. In: Ahmetoglu, G. et al. (Eds.). *The Wiley Handbook of Entrepreneurship*. Wiley Blackwell.
- Boter, H.; Hjalmarsson, D.; Lundström, A. (1999). *Outline of a Contemporary Small Business Policy*. Stockholm.
- Bruns, K. et al. (2017). Searching for the existence of entrepreneurial ecosystems : a regional cross-section growth regression approach. *Small Business Economics*, v. 49, n. 1, p. 31–54.
- Cavallo, A.; Ghezzi, A.; Balocco, R. (2019). Entrepreneurial ecosystem research: present debates and future directions. *International Entrepreneurship and Management Journal*, v. 15, n. 4, p. 1291–1321.
- Chen, J. et al. (2020). Entrepreneurial ecosystems: what we know and where we move as we build an understanding of China. *Entrepreneurship and Regional Development*, v. 32, n. 5–6, p. 370–388.
- Content, J. et al. (2020). Entrepreneurial ecosystems, entrepreneurial activity and economic growth: new evidence from European regions. *Regional Studies*, v. 54, n. 8, p. 1007–1019.
- Corrente, S. et al. (2019). Evaluating and comparing entrepreneurial ecosystems using SMAA and SMAA-S. *The Journal of Technology Transfer*, v. 44, p. 485–519.
- Dürrenberger, G.; Kastenholz, H.; Behringer, J. (1999). Integrated assessment focus groups: bridging the gap between science and policy? *Science and public policy*, v. 26, n. 5, p. 341–349.
- Evans, M. (2017). Understanding Policy Transfer. In: Evans, M. (Ed.). *Policy Transfer in Global Perspective*. London: Routledge, p. 11–42.
- Feld, B. (2012). *Startup communities : building an entrepreneurial ecosystem in your city*. Hoboken, New Jersey: John Wiley.
- Fitzpatrick, J. L.; Sanders, J. R.; Worthen, B. R. (2011). *Program evaluation: alternative approaches and practical guidelines*. 4. ed. New Jersey: Pearson Education.

Gaber, J.; Gaber, S. (2017). *Qualitative Analysis for Planning and Policy: Beyond the Numbers*. New York: Routledge.

Gil, A. C. (1988). *Técnicas de pesquisa em economia*. São Paulo: Atlas.

Iacobucci, D.; Perugini, F. (2020). Entrepreneurial Ecosystems in Italy. *L'industria*, v. 41, n. 2, p. 239–267.

IPEA. (2018). *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, volume 1*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Isenberg, D. J. (2010). The big idea: How to start an entrepreneurial revolution. *Harvard Business Review*, v. 88, n. 6, p. 1–11.

Isenberg, D. J. (2011). *The Entrepreneurship Ecosystem Strategy as a New Paradigm for Economic Policy: Principles for Cultivating Entrepreneurships*. Based on an invited presentation at the Institute of International and European Affairs, Dublin Ireland.

Kahan, J. P. (2001). Focus Groups as a Tool for Policy Analysis. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, p. 129–146.

Kitzinger, J.; Barbour, R. S. (1999). Introduction: the challenge and promise of focus groups. In: Barbour, R.; Kitzinger, J. (Eds.). *Jenny Kitzinger and Rosaline S. Barbour*. Sage Publications.

Knoepfel, P. et al. (2007). *Public policy analysis*. Bristol: Policy Press.

Krueger, R. A.; Casey, M. A. (2015). *Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research*. 5. ed. Sage Publications.

Kshetri, N. (2014). Developing successful entrepreneurial ecosystems: Lessons from a comparison o an Asian tiger and a Baltic tiger. *Baltic Journal of Management*, v. 9, n. 3, p. 330–356.

Kuckertz, A. (2019). Let's take the entrepreneurial ecosystem metaphor seriously! *Journal of Business Venturing Insights*, v. 11, n. March, p. 1–7.

Leendertse, J.; Schrijvers, M.; Stam, E. (2021). Measure Twice, Cut Once: Entrepreneurial Ecosystem Metrics. *Research Policy*.

Lundström, A.; Stevenson, L. A. (2005). *Entrepreneurship policy: Theory and practice*. Springer Series: International Studies in Entrepreneurship.

Malecki, E. J. (2018). Entrepreneurship and entrepreneurial ecosystems. *Geography Compass*, v. 12, n. 3, p. 1–21.

Mason, C.; Brown, R. (2014). *Entrepreneurial Ecosystems and Growth Oriented Entrepreneurship*. Workshop organised by the OECD LEED Programme and the Dutch Ministry of Economic Affairs, The Hague, Netherlands.



Neumeier, X.; Santos, S. C. (2018). Sustainable business models, venture typologies, and entrepreneurial ecosystems: A social network perspective. *Journal of Cleaner Production*, v. 172, p. 4565–4579.

Nicotra, M. et al. (2018). The causal relation between entrepreneurial ecosystem and productive entrepreneurship: a measurement framework. *Journal of Technology Transfer*, v. 43, n. 3, p. 640–673.

OCDE. (2001). *Citizens as partners - OECD handbook on Information, consultation and public participation in policy-making*. OECD Publishing.

Roundy, P. T. (2019). “It takes a village” to support entrepreneurship: intersecting economic and community dynamics in small town entrepreneurial ecosystems. *International Entrepreneurship and Management Journal*, v. 15, p. 1443–1475.

Roundy, P. T.; Bradshaw, M.; Brockman, B. K. (2018). The emergence of entrepreneurial ecosystems: A complex adaptive systems approach. *Journal of Business Research*, v. 86, n. July 2017, p. 1–10.

Schrijvers, M.; Stam, E.; Bosma, N. (2021). *Figuring it out: Configurations of high-performing entrepreneurial ecosystems in Europe*. Working Paper Series. Utrecht.

Shane, S. (2009). Why encouraging more people to become entrepreneurs is bad public policy. *Small Business Economics*, v. 33, p. 141–149.

Sidney, M. S. (2007). Policy Formulation: Design and Tools. In: Fischer, F.; Miller, G. J.; Sidney, M. S. (Eds.). *Handbook of public policy analysis: theory, politics, and methods*. Taylor & Francis.

Spigel, B.; Harrison, R. (2018). Toward a process theory of entrepreneurial ecosystems. *Strategic Entrepreneurship Journal*, v. 12, n. 1, p. 151–168.

Spigel, B.; Kitagawa, F.; Mason, C. (2020). A manifesto for researching entrepreneurial ecosystems. *Local Economy*, v. 35, n. 5, p. 482–495.

Stam, E. (2015). Entrepreneurial Ecosystems and Regional Policy: A Sympathetic Critique. *European Planning Studies*, v. 23, n. 9, p. 1759–1769.

Stam, E. (2018). *Enabling Creative Destruction - An Entrepreneurial Ecosystem Approach to Policy*. Working Paper Series. Utrecht.

Stam, E.; Spigel, B. (2016). Entrepreneurial Ecosystems. *USE Discussion Paper Series*, 13. v. 16, n. 13, p. 1–15.

Stam, E.; Van de Ven, A. H. (2021). Entrepreneurial ecosystem elements. *Small Business Economics*, v. 56, n. 2, p. 809–832.

DÍALOGOS ORIENTADOS POR EVIDÊNCIAS: UMA ESTRATÉGIA PARA A COMPREENSÃO DE  
ECOSSISTEMAS EMPREENDEDORES

Rafael Stefenon, Fernando Antonio Prado Gimenez

Stefenon, R. (2023). *Metodologia para o diagnóstico de ecossistemas municipais de empreendedorismo : uma referência para os formuladores de política*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

Sternberg, R. (2009) Regional Dimensions of Entrepreneurship. *Foundations and Trends in Entrepreneurship*, v. 5, n. 4, p. 211–340.

Stewart, D. W.; Shamdasani, P. N. (2015). *Focus groups : theory and practice*. 3. ed. Sage Publications.

Theodoraki, C.; Dana, L.-P.; Caputo, A. (2022). Building sustainable entrepreneurial ecosystems: A holistic approach. *Journal of Business Research*, v. 140, p. 346–360.

Velt, H.; Torkkeli, L.; Laine, I. (2020). Entrepreneurial Ecosystem Research: Bibliometric Mapping of the Domain. *Journal of Business Ecosystems*, v. 1, n. 2, p. 43–82.

Yanow, D. (2007). Qualitative-Interpretive Methods in Policy Research. In: Fischer, F.; Miller, G. J.; Sidney, M. S. (Eds.). . *Handbook of public policy analysis: theory, politics, and methods*. Boca Raton: Taylor & Francis.